

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque (em vermelho): Matérias que citam o ministro Wellington Moreira Franco ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Apagão de recursos e energia.....	2
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Reformas podem trazer de volta investidores externos à Bolsa	2
Título: De casa arrumada	4
Título: Não se pode dar dinheiro a Estados sem contrapartida do ajuste fiscal, diz Guardia ..	5
Título: ‘Não podemos ignorar o tamanho do desafio fiscal’	7
Título: Salvação para os Estados	9
Título: ‘Carrefour’ energético.....	11
VEÍCULO: Correio Braziliense.....	13
Título: Eletrobras: sinais de venda agitam mercado	13

VEÍCULO: O Globo**Data: 17/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Ancelmo Gois****Título: Apagão de recursos e energia**

Moreira Franco se reuniu com Luciano de Castro, professor da Universidade de Iowa, nos EUA, que integra a equipe de transição de Bolsonaro para a área de energia. Os dois concordaram que o modelo energético está “todo errado” e o ministro disse que, “graças à maior recessão da nossa história, não tivemos o maior apagão da nossa história” (com a crise, as indústrias, por exemplo, acabaram consumindo menos energia).

Aliás...

Embora Bolsonaro já tenha dito que não privatizará a Eletrobras, Moreira alertou para a necessidade de captação da estatal, que caminha este ano para um prejuízo de uns R\$ 2 bilhões.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/11/2018****Seção: Colunas****Autor: Fátima Laranjeira****Título: Reformas podem trazer de volta investidores externos à Bolsa**

Broadcast de olho nas ações

Com a saída líquida dos investimentos externos da Bolsa brasileira, a coluna perguntou aos analistas como eles avaliavam este fluxo e seu impacto no mercado. Em outubro, os resgates líquidos realizados pelos estrangeiros foram de R\$ 6,2 bilhões, e, em novembro, já estão em R\$ 1,2 bilhão. Apesar disso, para os profissionais, no médio prazo estes recursos podem retornar ao País, se a agenda de reformas do novo presidente da República se concretizar. A expectativa por uma desaceleração global em 2019 e riscos ligados a problemas comerciais entre China e EUA têm causado o movimento de saída de capital dos emergentes em busca de proteção nos países desenvolvidos, avalia Régis Chinchila, analista da Terra Investimentos. “Acredito que no início de 2019 os estrangeiros devem retomar os investimentos no Brasil, com especial atenção à

agenda do governo Bolsonaro e sinalizações sobre as diretrizes envolvendo questões fiscais e estruturais”, afirma.

“Sendo assim, no médio prazo ainda estamos otimistas com preços das ações da Bovespa.” O analista Alexandre Faturi, da Nova Futura Investimentos, concorda que a capacidade de o novo governo implementar as reformas será muito importante. “Os investidores externos, ao contrário dos domésticos, ainda não têm certeza quanto à capacidade do governo de implementar as reformas. Acreditamos que principalmente a previdenciária deverá atuar repelindo ou atraindo estes agentes.” Mário Mariante, da Planner, lembra que os estrangeiros já vinham saindo da B3 mesmo antes do segundo turno das eleições e o mercado foi sustentado pelos investidores locais, com bom volume.

“Neste mês o fluxo de saída não está tão intenso, mas ainda segue”, comenta Mariante, ressaltando que o mercado agora acompanha os primeiros atos do novo governo na fase de transição. “Como estamos chegando ao final do ano e falta pouco mais de um mês para o recesso parlamentar é possível acreditar que nenhuma mudança estrutural mais forte aconteça neste ano. Com isso, é natural que os investidores aguardem mais um pouco para retornar ao mercado”, afirma. Vitor Suzaki, da Lerosa, conta que uma série de eventos desde o pico recorde recente, em outubro, da Bolsa de Nova York até o momento resultaram em saída de capital externo.

“É preciso o encaminhamento ou ao menos sinalização de reformas, enquanto se tenta encaminhar propostas mais viáveis, como independência do BC, aprovação do cadastro positivo, cessão onerosa, MPs referentes ao setor de energia e de saneamento.” Para ele, até o momento, nomeações divulgadas pelo futuro presidente da República demonstraram comprometimento com a continuidade do ajuste fiscal. “Com isso, há expectativa de um retorno possível de capital estrangeiro, fatores chave para aportes externos no País.” Esta semana a Lerosa, fez uma alteração na sua carteira, com saída da ação do Banrisul para entrada de Suzano, por conta de perspectiva positiva do setor e manutenção de preços da celulose em patamar elevado. A Planner incluiu a Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (Cteep), a Valid e a produtora de ferroligas e ferrocromo Ferbasa, por bons resultados e perspectivas de pagamento de dividendos. Já a Coinvalores trocou Magazine Luiza pela Natura, pelo bom terceiro trimestre em todos os seus negócios.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/11/2018****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: De casa arrumada**

“A companhia é outra, completamente diferente da que a gente recebeu”, disse o presidente da Petrobrás, Ivan Monteiro, ao comentar os resultados financeiros da empresa no terceiro trimestre deste ano, quando registrou o terceiro lucro trimestral consecutivo. Com os R\$ 6,64 bilhões obtidos no período julho-setembro, a empresa registrou lucro líquido de R\$ 23,7 bilhões nos nove primeiros meses do ano, o maior valor alcançado no período desde 2011 e 4,7 vezes superior ao registrado de janeiro a setembro de 2017.

De casa arrumada, como diz seu presidente, a Petrobrás é outra empresa do ponto de vista administrativo e financeiro, se comparada com aquela que a administração lulopetista legou ao governo de Michel Temer.

Submetida a saques que comprometeram seus resultados e sua eficiência, utilizada de maneira irresponsável pela administração petista para a contenção da inflação por meio do congelamento dos preços dos derivados e transformada em instrumento de propaganda dos governos lulopetistas por meio de programas mirabolantes de exploração e produção de petróleo, a Petrobrás se tornou uma empresa problema.

O escandaloso esquema de corrupção que nela se instalou para beneficiar partidos e políticos ligados à antiga gestão foi sendo desvendado pela Lava Jato e seus responsáveis foram punidos criminalmente. A posse, em maio de 2016, de uma diretoria executiva liderada por Pedro Parente e comprometida com a lisura administrativa e financeira e com a gradual melhora dos resultados financeiros e contábeis e dos principais indicadores de eficiência marcou o início de uma nova era para a empresa.

Gradualmente foram sendo desmontados programas de investimentos não sustentáveis financeiramente, ativos considerados não essenciais para as atividades da empresa foram sendo vendidos, o novo modelo de gestão baseou-se na transparência e na busca de resultados para os acionistas. Os resultados começaram a surgir.

O Ebitda ajustado – que significa lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização, importante indicador da eficiência operacional e financeira de uma companhia, pois afere sua capacidade de geração de receitas – alcançou,

nos nove primeiros meses do ano, o recorde histórico para o período, de R\$ 85,7 bilhões, o que representa margem de 33%.

A empresa atribui esse desempenho aos ganhos maiores tanto com as exportações como com as vendas no mercado doméstico, sobretudo por causa do crescimento das vendas do diesel, menores gastos com juros (em razão da redução da dívida total) e maior controle de gastos. A relação entre dívida líquida e Ebtida, que estava em 3,67 em dezembro do ano passado, diminuiu para 2,96 em setembro último. Segundo seu presidente, a Petrobrás continua a perseguir a meta de 2,5.

Ivan Monteiro lembrou que, se não fossem computados os custos dos acordos firmados pela petroleira com autoridades americanas para encerrar as ações que corriam na Justiça americana contra ela, a relação já estaria em 2,66 no fim do terceiro trimestre deste ano. Quanto aos desinvestimentos, a empresa informou que, nos nove primeiros meses do ano, entraram em seu caixa US\$ 5 bilhões. Somando-se os resultados do ano passado, a empresa já recebeu US\$ 7,5 bilhões com a venda de ativos.

A estimativa para este ano é de que mais US\$ 2,5 bilhões entrem no caixa da empresa. Dificilmente, porém, será alcançada a meta de US\$ 21 bilhões em desinvestimentos, por causa de decisões judiciais que atrasaram ou impediram algumas operações, admitiu Monteiro. “Hoje nos sentimos orgulhosos com o trabalho”, disse ele, ao lembrar que a atual diretoria assumiu suas funções com a empresa em séria crise e com o preço do petróleo em baixa.

“Arrumamos a casa. A retomada do nosso crescimento é positiva não só para a Petrobrás, como também para o País, uma vez que a empresa gera recursos para a sociedade por meio de tributos e participação nos lucros, contribuindo para o desenvolvimento.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/11/2018

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes

Título: Não se pode dar dinheiro a Estados sem contrapartida do ajuste fiscal, diz Guardia

Transição. Para ministro, ideia de dividir com governadores recursos do megaleilão do pré-sal previsto para o ano que vem pode prejudicar as finanças da União, que já conta com esse dinheiro para ajudar a reduzir o buraco da chamada ‘regra de ouro’

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, demonstrou preocupação com a ideia anunciada esta semana de dividir com os Estados o dinheiro a ser arrecadado com o megaleilão de áreas de petróleo previsto para o ano que vem. A proposta foi transmitida aos governadores eleitos na quarta-feira pelo presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE), que disse que o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, havia se comprometido a estudar a ideia. Para Guardia, no entanto, não se pode esquecer que a União passa por um problema fiscal gravíssimo, e os recursos do leilão – previstos em cerca de R\$ 100 bilhões – já fazem parte da contabilidade da equipe econômica para ajudar a melhorar esse quadro em 2019.

“Vamos lembrar que em 2019 temos um desequilíbrio da chamada ‘regra de ouro’ (que proíbe a União de se endividar para pagar despesas correntes, como salários) projetado de R\$ 258 bilhões. E parte da solução para reduzir esse buraco passa pela receita do leilão”, disse o ministro, em entrevista ao Estadão/Broadcast (ver página B4). Ele defendeu que, em vez de dividir o dinheiro com os Estados, sejam repassados aos governadores os recursos destinados ao Fundo Social – que foi criado para receber verba do pré-sal destinada a investimentos em áreas como saúde e educação. A gestão do fundo é de responsabilidade da União.

Mas Guardia propõe que o dinheiro do leilão que vai para o Fundo seja repassado depois para os Estados aplicarem diretamente nos seus programas. A proposta de Guardia desvincula, na prática, os recursos do Fundo Social e evita que a União tenha de abdicar de uma fatia do bolo do leilão para os Estados e municípios, o que prejudicaria o seu ajuste fiscal. Para ele, seria uma forma de descentralizar os recursos – uma das promessas de campanha de Jair Bolsonaro –, mas preservando a situação fiscal da União. Guardia apresentou a ideia a Guedes e ao próprio Eunício em um jantar nesta semana, costurado por ele após o mal-estar criado pelo futuro ministro da Economia ao dizer que era necessário dar uma “prensa” no Congresso para aprovar a reforma da Previdência.

Guardia fez ainda um alerta de que não adianta repassar mais dinheiro para os Estados sem ter a contrapartida do ajuste fiscal, que passa pela questão dos salários dos servidores e das previdências estaduais. “Não adianta jogar mais dinheiro lá para dar reajuste de salários e para continuar aposentando servidor público aos 53 anos”, afirmou. Ele lembra que, em 2016, a União foi obrigada, por determinação do Supremo, a renegociar a dívida dos Estados. “Demos suspensão do pagamento. E o que aconteceu? Aumentaram a despesa de pessoal.”

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/11/2018****Seção: Economia****Autor: Adriana Fernandes****Título: 'Não podemos ignorar o tamanho do desafio fiscal'**

Eduardo Guardia, ministro da Fazenda

Segundo o ministro da Fazenda, ajuda a Estados pode ser feita por meio do Fundo Social do pré-sal

O ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, capitaneou o jantar realizado esta semana para aproximar o futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, do presidente do Senado, Eunício Oliveira (MDB-CE). A relação havia ficado tensa após a declaração de Guedes de que era necessário uma “prensa” no Congresso para aprovar a reforma da Previdência. Para Guardia, essa aproximação era importante por conta da pauta no Congresso até o fim do ano, que inclui o projeto de lei da cessão onerosa e a medida provisória que destrava o leilão da Amazonas energia. Guardia deu a seguinte entrevista ao Estadão/Broadcast:

O sr. ajudou a costurar a aproximação do presidente do Senado, Eunício Oliveira, com o futuro ministro Paulo Guedes. A tensão (provocada pela declaração de Guedes de que era necessário uma “prensa” no Congresso para votar a Previdência) diminuiu?

Eu achei que foi importante fazer isso para tentar restabelecer o bom diálogo, porque senão não conseguiríamos fazer mais nada este ano. Havia uma preocupação porque iríamos mandar as MPs para o setor elétrico, como fizemos. É uma tentativa de viabilizar a privatização da Amazonas Distribuidora. Sem a privatização da Amazonas e da Ceal (de Alagoas), a Eletrobrás não vai mais operar as empresas. Precisávamos ter uma saída para assegurar a continuidade operacional em paralelo ao processo de liquidação da empresa. Era muito importante um canal do Guedes com Eunício sobre a pauta daqui para o final do ano.

O presidente Eunício vai mesmo acelerar a votação do projeto de lei da cessão onerosa (que destrava o leilão de áreas do pré-sal no ano que vem)?

Ele entende a importância. O Guedes enfatizou a importância disso. O ponto que foi discutido é que o Eunício colocou a necessidade de dividir os recursos arrecadados com o leilão com Estados e municípios. O Guedes está aberto a essa discussão.

E como seria essa partilha?

Esse é um ponto importante. Falei o seguinte: o Guedes está manifestando aqui uma direção no sentido da maior descentralização dos recursos em favor dos Estados e municípios. Ok. Mas, por outro lado, temos um problema fiscal gravíssimo na União que não pode deixar de ser levado em conta. Vamos lembrar que, em 2019, temos um desequilíbrio da chamada “regra de ouro” (que proíbe a União de se endividar para pagar despesas correntes, como salários) projetado de R\$ 258 bilhões. E parte da solução para reduzir esse buraco passa pela receita do leilão.

O que fazer, então?

Se querem descentralizar recursos, tem de ser preservando a situação fiscal da União. Em vez de dar um percentual a mais do resultado do leilão aos Estados e municípios, podemos transferir para eles os recursos do leilão que vão para o Fundo Social (um fundo criado para receber parte dos recursos do pré-sal para serem aplicados em áreas como educação e saúde). Esse gasto, que seria feito por meio da União, se transfere para Estados e municípios, para aplicarem diretamente nas ações semelhantes às do fundo social.

Como seria a divisão?

Pela regra, parte do dinheiro do leilão tem de ser transferida para royalties e uma parcela para o fundo social. O resto é da União. A ideia é pegar a parcela dos recursos que iria para o fundo social, e que seria gasto através do governo federal, e transferir esse dinheiro para Estados e municípios. O Guedes está falando em descentralizar. Vamos descentralizar, mas sem piorar a situação fiscal da União. Descentralizar não é aumentar gasto para ninguém.

O que o sr. está querendo evitar com essa proposta?

Que não se gaste além do que já está programado na regra de hoje. É esse o meu ponto. Descentraliza o gasto, mas, do ponto de vista do governo federal, não se gasta a mais. Temos um problema fiscal monumental. E se caminha para a descentralização, que é o que o Guedes quer. Seria neutro do ponto de vista fiscal. Não podemos ignorar o tamanho do problema do desafio fiscal em 2019.

Mas os Estados não estão numa situação ruim, também?

Divulgamos um relatório esta semana que mostra que o problema dos Estados está no crescimento do gasto de pessoal e de não aprovação da reforma da Previdência. Não adianta jogar mais dinheiro lá para dar reajuste de salários e para continuar aposentando servidor público aos 53 anos. Em 2016, fomos obrigados a renegociar a dívida dos Estados, por uma determinação do Supremo. Demos suspensão do pagamento. E o que aconteceu? Aumentaram a despesa de pessoal. É preciso enfrentar o problema na raiz, que é crescimento

de gasto de pessoal ativo e inativo. Não adianta jogar dinheiro sem ter a contrapartida do ajuste.

Qual a solução para o problema dos Estados?

Passar por um controle de pessoal e por uma revisão relevante dos benefícios tributários que continuam sendo dados (pelos Estados para empresas que querem se instalar lá). A perda de arrecadação por conta desses benefícios é muito grande. A guerra fiscal não acabou e tem de ser enfrentada.

Os Estados colocam a aposta do ajuste na securitização de dívida (a transformação das dívidas em títulos públicos para serem vendidas no mercado).

Quem conseguir securitizar e conseguir comprador para o crédito já pode fazer isso hoje. Não precisa mudar nada. Mas não acho que será muito relevante para resolver o problema.

Os Estados querem mudar a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). O que o sr. acha disso?

Tenho uma enorme preocupação com mudança na LRF. Qualquer mudança tem de ser feita com cuidado, para que não se flexibilizem regras importante de gestão fiscal que temos hoje. Se sabe como começa a discussão, mas não se sabe como termina. Se for para fazer mudanças, há vários ajustes técnicos a serem feitos. O problema é fazer uma proposta para ajuste técnico e acabar saindo com flexibilização da regra de controle fiscal.

O governo Temer vai enviar a reforma do PIS e Cofins ao Congresso?

Para o Congresso, não. O que vamos é apresentar o projeto para o Guedes.

O que o sr. pretende fazer quando deixar a Fazenda?

Vou sair da atividade pública e voltar para o setor privado.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/11/2018

Seção: Colunas

Autor: Adriana Fernandes

Título: Salvação para os Estados

Em crise financeira, os Estados querem mesmo é dinheiro novo no caixa, como deixou claro o próximo presidente Jair Bolsonaro na véspera da sua primeira

reunião com os governadores eleitos na última quarta-feira. Boa parte deles se reelegeu prometendo reajustes e novos concursos para a contratação de servidores sem levar em conta que a crise generalizada nas finanças dos governos regionais é decorrente da explosão de gastos de pessoal com o pagamento do funcionalismo da ativa e aposentados. É a receita de sempre. Por isso, o aceno do futuro ministro da Economia, Paulo Guedes, de divisão da arrecadação do megaleilão com Estados e municípios caiu como uma luva no cenário de penúria que os eleitos encontrarão a partir de primeiro de janeiro. É ouro para os governadores. Guedes é defensor ferrenho da descentralização do dinheiro da União para prefeituras e governos estaduais, proposta prevista no plano de governo de Bolsonaro. É ponto central.

Nada mais natural que o futuro ministro aceitasse a partilha da arrecadação para abrir caminho à aprovação do projeto pelo Senado que permite o acordo da revisão do contrato de cessão onerosa e a realização do leilão, quando se espera arrecadar mais de R\$ 100 bilhões. O presidente do Senado, Eunício Oliveira, já avisou que, sem a divisão do bolo do leilão, o projeto não passa este ano. A promessa de descentralização de Guedes não pode, porém, se transformar em licença para os governadores gastarem mais sem fazer o ajuste necessário. Ao contrário, o superministro de Bolsonaro não pode perder a oportunidade de usar a divisão dos recursos do leilão como moeda de troca de mudanças estruturais. Sem esses ajustes, os Estados terão alívio de curto prazo e vão colapsar mais adiante.

É insustentável ter uma folha de pagamento que compromete 80% das receitas, como já acontece com alguns governos regionais. Se fossem empresas, já teriam fechado as portas. É bom lembrar que em 2016, os Estados lutaram para receber parte do dinheiro da arrecadação federal com o programa de repatriação de recursos não declarados no exterior. E conseguiram. Até mesmo da parte que a Receita recebeu como pagamento de multas. O que aconteceu? As despesas correntes aumentaram. O dinheiro não resolveu o problema, como também a renegociação da dívida que a União foi obrigada a fazer não mudou o quadro. Agora, com novos governadores eleitos e outros reeleitos, a situação se repete. A partilha hoje do leilão da cessão de onerosa é a repatriação de ontem.

Os governadores que vão encontrar os cofres zerados defendem o apoio federal para facilitar a demissão de servidores. Esse movimento é liderado pelo senador Ronaldo Caiado (DEM), que vai assumir o Estado de Goiás com as contas em frangalhos. Goiás é a bola da vez. Candidatíssimo a ingressar no grupo de Estados com a crise financeira mais grave: Rio, Minas e Rio Grande do Sul. Além de Goiás, outros estão na fila. O movimento que está sendo feito por esses governadores é para que se facilite as demissões e redução dos gastos com pessoal. A avaliação que o grupo tem feito é de que não é necessário mexer na Constituição para reformular as regras. Para os governadores, é preciso

desmontar a blindagem de diversas leis de carreiras locais que foram sendo criadas pelas corporações de servidores estaduais para dificultar a demissão, garantir promoção automática, e reajuste de salários elevados.

Sozinhos, os governadores terão muitas dificuldades em mudar essas regras nos seus Estados. Mas com a ajuda de um programa coordenado pela União, acredita-se, o caminho ficaria fácil. O diagnóstico é de que hoje é praticamente impossível demitir um servidor. A recomendação é a de que é preciso definir um processo organizado para todos os Estados seguirem tanto de avaliação de desempenho dos servidores, como também para facilitar a demissão por baixa performance e falta grave. Além da folha de pessoal, muitos outros vespeiros precisarão ser enfrentados, entre eles, as renúncias tributárias que continuam sendo concedidas pelos governadores. Como alertou o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, a guerra fiscal entre os Estados não acabou. O que não dá é para achar que o leilão de petróleo é a salvação dos Estados.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 17/11/2018

Seção: Opinião

Autor: Adriano Pires

Título: 'Carrefour' energético

O mundo se encontra hoje num grande carrefour energético, ao contrário do que ocorreu na revolução industrial inglesa, quando a única fonte de energia era o carvão, ou mesmo no século 20, que pode ter a sua história contada através do petróleo. A grande característica destes dois momentos da história foi a presença de uma fonte monopolista de energia que levou o mundo a grandes taxas de crescimento econômico. Agora tudo mudou. E por que mudou? Duas razões principais: a primeira, a exigência de melhor qualidade de vida e proteção ao planeta; e, a segunda, derivada da primeira, tais preocupações levaram ao aparecimento de tecnologias disruptivas baseadas em recursos naturais renováveis, que farão desaparecer os combustíveis fósseis e essa natureza monopolista de recursos energéticos.

Isso trará independência energética, com tecnologias modulares e diversificadas nas fontes renováveis. Uma verdadeira revolução, cujo principal beneficiado será o consumidor. E como fica o Brasil? O Brasil é um país privilegiado na medida em que tem uma enorme diversidade de fontes primárias de energia: temos água, vento, biomassa, petróleo e gás natural e vivemos num país ensolarado. O desafio que está posto é como transformar essa vantagem comparativa que a natureza nos deu em benefício de todos os brasileiros. Não será uma tarefa fácil, mas precisamos construir este caminho e enfrentar essa transição energética que levará a uma matriz 100% limpa. Um primeiro ponto

que temos de esclarecer e explicar de forma muito clara é a importância do pré-sal em toda essa transição energética brasileira.

O pré-sal, com certeza, é a maior janela de oportunidade que o Brasil possui tanto para a retomada do crescimento econômico quanto para viabilizar a transição energética baseada no modelo 3D (descarbonização, descentralização e digitalização). O pré-sal é hoje a maior fronteira de expansão da produção de petróleo e gás natural para os próximos 20 anos. Os leilões realizados em 2017 e 2018 arrecadaram só de bônus de assinatura R\$ 28 bilhões. Existem expectativas de o bônus de assinatura da cessão onerosa ser algo como US\$ 50 bilhões. Os investimentos comprometidos pelas empresas em exploração e produção de óleo e gás natural com os leilões realizados até 2016 e os de 2017, 2018 e 2019 vão chegar a R\$ 1,5 trilhão – o atual PIB brasileiro.

Se agregarmos os investimentos que ocorrerão com o megaleilão da cessão onerosa, serão mais R\$ 500 bilhões. O potencial de arrecadação de royalties será de R\$ 6 trilhões até 2054, e o pico deverá ocorrer entre 2025 e 2035. Os números são fantásticos e extraordinários. Estamos falando de aumentar a produção de petróleo de 2,5 milhões de barris/dia para algo como 4 milhões de barris/dia em 2021 e 6 milhões de barris/dia para depois de 2030. Além desse volume gigantesco de óleo, também seremos grandes produtores de gás natural. O mercado de gás natural hoje é pífio no Brasil. Faltam legislação, regulação e investimentos em infraestrutura.

O gás natural tem um enorme espaço de crescimento na matriz energética brasileira. E, como está ocorrendo mundo afora, pode e deve ser a energia de transição para uma matriz limpa. Hoje, nos Estados Unidos, na Europa e na China, o diesel caro e poluente está sendo substituído por gás natural em caminhões. Já existem estradas onde só veículos a gás podem trafegar. O Brasil precisa, agora e de maneira precisa, aproveitar o ciclo dos próximos 20 anos para usar os recursos do petróleo e do gás e fazer a transformação energética e social.

Para a minha geração, sem dúvida, é a última chance. Com esses recursos poderemos financiar inovações tecnológicas que vão permitir no futuro o uso sustentado de recursos renováveis. Não podemos cometer o mesmo erro do passado, deixando esta missão e esta responsabilidade com a Petrobrás. Cabe à Petrobrás cuidar dos seus interesses e, portanto, dos de seus acionistas; e ao governo, dos interesses do Brasil e dos brasileiros.

VEÍCULO: Correio Braziliense**Data: 17/11/2018****Seção: Economia****Autor: Simone Kafruni / Hamilton Ferrari****Título: Eletrobras: sinais de venda agitam mercado**

A sinalização de que a equipe econômica do presidente eleito Jair Bolsonaro vai se empenhar para concretizar a privatização da Eletrobras provocou euforia no mercado. As ações da estatal ajudaram a impulsionar o Ibovespa, principal índice da Bolsa de Valores de São Paulo (B3), com a disparada de 8,6% dos papéis no pregão de ontem. O time de economistas do novo governo aponta para uma discussão firme sobre a desestatização da economia, mas ainda será preciso passar pelo próximo ocupante do Palácio do Planalto, que já se mostrou desfavorável à venda da holding do setor elétrico.

A permanência do secretário do Tesouro Nacional, Mansueto Almeida, no cargo também indica a continuidade do processo de privatização da estatal. Em entrevista ao jornal O Estado de S.Paulo, ele afirmou que, caso o processo de desestatização não seja concretizado, a União teria de cortar R\$ 12 bilhões do orçamento de outras áreas em 2019. Mansueto destacou que a equipe econômica de Bolsonaro está dialogando com a do atual governo para viabilizar a operação.

“Para mim, a privatização da Eletrobras é uma solução ganha-ganha, inclusive porque o governo federal não dispõe de recursos para aplicar no setor”, disse o secretário do Tesouro. Ele também ressaltou que a decisão é “política”. Em outubro, durante a campanha presidencial, Bolsonaro afirmou ser contrário à privatização das geradoras de energia. Na época, ressaltou que o Brasil não pode deixar o setor elétrico do país “na mão da China” e que poderia “conversar” sobre a desestatização das distribuidoras.

O ex-ministro da Infraestrutura, João Santana, assinalou que a insegurança é grande porque, a dois meses de um novo governo, não há clareza sobre o futuro da Eletrobras. “Não vimos, ainda, nenhuma ação no sentido da privatização. Os comentários são genéricos”, criticou.

Opinião

Glauco Legat, analista da Spinelli Corretora, destacou que, apesar de Bolsonaro criar barreiras para que a privatização seja concretizada, é possível que mude de ideia. “Há uma certa incógnita, porque sabemos que as declarações têm um peso grande. Um aspecto que dá suporte à desestatização é que ele se mostrou uma pessoa aparentemente maleável. Foi e voltou em vários pontos,

obviamente, em outros contextos, ou seja, pode mudar de opinião”, afirmou.

Legat assinalou que deixar o segmento de geração de energia de fora do plano de privatização “tira parte do brilho” do processo, já que a área tem um peso expressivo. A sinalização de que vão dar continuidade à venda de empresas de distribuição agrada. “Se a posição do Bolsonaro não for alterada, já há um incentivo grande. A participação do governo diminuiria e ficaria a cargo de um player privado, que poderá executar uma gestão melhor”, disse o especialista. Recentemente, a Eletrobras divulgou o balanço do terceiro trimestre de 2018, que apresentou prejuízo de R\$ 1,6 bilhão.

Para a economista e advogada Elena Landau, ex-conselheira da Eletrobras, a venda da estatal é vital para destravar o setor. “Se a privatização dela será considerada prioridade pelo próximo governo, não sei. Mas não se vende a Eletrobras sem vender antes a Amazonas Energia e a Ceal (Companhia Energética de Alagoas)”, destacou.

O leilão da Amazonas está marcado para 27 de novembro e o da Ceal está suspenso até a reversão da decisão liminar do Supremo Tribunal Federal (STF) em ação movida contra a União pelo estado de Alagoas. Como o Projeto de Lei nº 10.332/2018, que resolvia pendências para a privatização da Amazonas, foi derrubado pelo Senado, o governo editou duas medidas provisórias na última quarta-feira. A primeira, MP nº 855, tenta tornar a distribuidora mais atrativa, solucionando algumas dívidas e dando fôlego de cinco anos para o novo operador arrumar a casa. A outra, MP nº 856, determina que a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) escolha uma operadora provisória para garantir a continuidade dos serviços, caso o leilão seja um fracasso, o que provocará a liquidação da companhia em 31 de dezembro de 2018.

Decisão estratégica

O discurso de Mansueto Almeida reproduz o que está no relatório que o Ministério do Planejamento do governo Michel Temer entregou à equipe de transição. Dentre os 15 temas estruturantes e grandes desafios a serem enfrentados pelo próximo governo, a privatização da Eletrobras é considerada decisão estratégica, com efeitos de curto e médio prazos. Tanto que o documento destaca somente a venda da companhia elétrica como prioridade, embora a Secretaria do Programa de Parcerias de Investimento de Michel Temer tenha outras privatizações qualificadas.

Além do impacto fiscal da ordem de R\$ 12 bilhões a R\$ 14 bilhões em 2019 com a venda da companhia, o relatório apontou que, a médio prazo, a privatização implica recuperar a capacidade de a empresa investir no setor de energia de forma competitiva. Segundo o documento, a estatal é a maior holding do setor

elétrico da América Latina e uma das cinco maiores geradoras hidrelétricas do mundo, com 30,7% da capacidade de geração do país e 70,3 mil quilômetros de linhas de transmissão, 51,7% do total.

Ao justificar a necessidade da privatização, o relatório apresenta os dados financeiros da empresa (veja no quadro). E acrescenta: “o cenário econômico-financeiro da Eletrobras restringe a atuação da companhia na expansão da oferta de geração e transmissão de energia elétrica, o que se torna oneroso à sociedade por diminuir a competição no mercado em decorrência da limitação de um grande competidor.”

- **Troca de mãos**

Em julho de 2018, foi realizado o leilão de privatização da Companhia Energética do Piauí (Cepisa). Em lance único, a empresa foi vendida para o grupo Equatorial, que ofertou 119% de deságio, o que representa: 8,5% de redução da tarifa dos consumidores de energia do Piauí; assunção pela empresa de dívida de R\$ 878 milhões, sem repasse para as tarifas; e pagamento de R\$ 95 milhões ao Tesouro a título de outorga. Em 30 de agosto ocorreu o leilão das distribuidoras de Rondônia (Ceron), Acre (Eletroacre) e Roraima (BV Energia). As duas primeiras foram arrematadas pelo Grupo Energisa, que apresentou proposta com deságio sobre a tarifa de 21% para a Ceron e de 31% para a Eletroacre. A BV Energia foi arrematada sem deságio pelo Consórcio Oliveira Energia.

MME / ASCOM .